



PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n° 100 - Centro

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 027/2014

IMPUGNANTE: CONSORCIO NAVEGANTES FORTE LTDA

A empresa impugnante apresentou na data de 10/12/2014 impugnação ao edital nº 027/2014, aduzindo em suma sobre construção dos terminais e obras públicas, exigência e localização da garagem e suas dependências, questionamento sobre pontuação, metodologia de cálculos e reflexos no fluxo de caixa.

Em síntese, é o breve relato dos fatos, estando à íntegra da impugnação anexada aos autos do processo, com vistas franqueadas, conforme previsto no Edital, passando a CEL, em conformidade com o art. 41 da Lei 8.666/93, apreciar e julgar nos termos a seguir aduzidos.

I – PRELIMINARMENTE: REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, cabe apreciar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, verificando se a mesma foi interposta dentro do prazo, estabelecido para tal, visto que se trata de uma possível licitante.

O impugnante protocolou a impugnação perante CEL em 10/12/2014, em tempo hábil, portanto, merece ter seu mérito analisado, visto que respeitou o prazo estabelecido na norma sobre o assunto. A resposta estará disponível publicamente no site da Prefeitura Municipal de Navegantes.

II - DO MÉRITO

Passando à análise do mérito, quanto ao ponto impugnado pelo interessado, conforme posicionamento da área demandante/técnica do objeto e da comissão de licitações tem-se as seguintes considerações e entendimentos:

III – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Antes de passarmos a análise da presente impugnação, é importante ressaltar na mesma data de 10/12/2014 o Município recebeu (02) impugnações, sendo a outra da Viação Nossa senhora dos Navegantes, e ambas impugnantes insurgem sobre um mesmo ponto, a construção dos terminais, nunca antes apontados por nenhuma das empresas nas impugnações dos editais anteriores.

IV – Exigência de Construção

É interessante a licitante querer ensinar a Administração Pública sobre quais requisitos devem ser contemplados numa licitação, onde, a administração possui um departamento exclusivo para isso.



PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n° 100 - Centro

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

Não entraremos no mérito do questionamento pelo simples motivo que o amplo projeto de Concessão de Transportes a ser implantado em Navegantes considerar em seus estudos e custos a construção, operação e a manutenção das estações e abrigos ao longo dos 15 anos.

DA CONCESSÃO:

1.1.1 O objeto da Concessão é a delegação para a prestação dos Serviços do Sistema Integrado de Transporte Coletivo Público de Passageiros do Município de Navegantes, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, mediante a utilização do modo ônibus, no território do Município de Navegantes, envolvendo:

1.1.1.1 Planejamento operacional, disponibilização da frota de ônibus necessária, instalações administrativas e operacionais, pessoal treinado e tecnologias necessárias a operação do sistema de transporte;

1.1.1.2 **Construção, operação e manutenção de terminais, estações e abrigos para passageiros, que serão reversíveis ao patrimônio do município após a amortização do investimento ou, ao final da concessão;**

V – Exigência de localização da garagem e dependências.

A licitante diverge do ato convocatório em específico o item 3.6 e alíneas onde a empresa vencedora terá até 12 (meses) contados da ordem de serviço para implantar **dentro dos limites** do Município **e não em uma área específica**, uma estrutura física com garagem, oficina e demais áreas administrativas.

Essa exigência não traz nenhum vício e muito menos restringe qualquer participação da licitante ou de qualquer outra a participar. A exigência de instalação é em data futura e não exigida na fase de proposta. Analisando a documentação apresentada pelo consórcio em data pretérita, o consórcio é composto por duas pessoas jurídicas (Grupo Forte e Grupo Zonta). Vamos supor que o Consórcio venha a ser vencedor, o qual tem a sede registrada as margens da rodovia BR 101, em uma sala (Grupo Forte) e o Grupo Zonta tem sua sede em Concordia – SC. A empresa que detém o **Know-how** é o grupo Zonta.

Com toda a certeza a empresa não vai guardar e nem promover a manutenção dos ônibus em Concordia?

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n° 100 - Centro

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

IV - Pontuação Técnica.

Este quesito não favorece nenhuma empresa e muito menos a empresa que já possui infraestrutura, visto que o edital solicita uma frota de ônibus totalmente nova e com características específicas que nenhuma das empresas possui.

Outro fato é que a empresa terá até 12 meses para implantar a garagem, assim desde o início da operação até o prazo de um ano a empresa poderá ter instalações mínimas operacionais. Os critérios adotados são pontuais e objetivos como a legislação exige.

V - Metodologia de Cálculo.

A alegação, do ponto de vista da impugnante é correta no que se refere à supressão da Remuneração no cálculo da tarifa. A bem da verdade, o cálculo da remuneração de capital relativo a frota, almoxarifado, bilhetagem, patrimônio, máquinas e equipamentos e dos investimentos em terminais e abrigos está na planilha, mas sob o ponto de vista do TCE em sua análise do edital, houve uma recomendação para que a Remuneração dos Investimentos fosse suprimida integralmente e, por conta desta decisão não houve a separação dos respectivos itens, mantendo a remuneração do capital empregado nos demais itens. Recuperando a remuneração do capital empregado a ser reinserido na planilha, o valor da tarifa deve ser ajustado a esta realidade. Assim, a taxa de desconto ou de retorno do capital investido segue como elemento adicional de avaliação do negócio que está inserida no material técnico por conta de uma recomendação do TCE.

VI - Não conformidades encontradas na Planilha Disponibilizada no Edital de Concorrência Pública No. 27/2014 - Sistema Integrado, item 07 - Planilha de Cálculo da Tarifa.

I) Já mencionada anteriormente.

II) A incidência de tributos passará a seguir a fórmula sugerida pelo impugnante:

$$C_t = (C/(1-T))$$

VII - Não conformidade do Fluxo de Caixa.

A identificação de demanda segue uma base estatística e, ela é objeto de uma intenção em oferecer aos cidadãos um serviço público com qualidade. Não existe estatística em Navegantes porque não existe um sistema de transporte público em

**PREFEITURA DE NAVEGANTES**

Rua João Emílio n° 100 - Centro

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

operação que tenha qualquer semelhança ao que está proposto. As utilizações de dados estatísticos de outros municípios servem de base de avaliação do projeto, mas não repetem o projeto e modo de serviços prestados destes mesmos municípios.

Esta é uma diferença que Navegantes pretende superar. O projeto pressupõe análise de riscos, mas, especialmente, de sucesso em mudança de paradigmas neste tipo de operação de serviços públicos. Pensar em oferecer um serviço de baixa qualidade nos remeteria a decisão de não oferecer o serviço a população. Sendo assim, alcançar os objetivos de demanda não é apenas um resultado de dados estatísticos, deve ser resultada de um modelo de operação eficiente, com qualidade e com modicidade. Esta tarefa caberá ao novo concessionário em parceria com o poder concedente. Supor que o sistema já venha a nascer sem viabilidade não é a visão do Poder Público Municipal de Navegantes. Por isto é necessário que o licitante tenha obrigações a cumprir para atingir a metas desejadas. Não atingi-las ou superá-las será parte do processo e da contínua avaliação de desempenho, ajustando oferta e demanda. Este projeto é o resultado da capacidade de cada interessado em atingir a metas desejadas. O Poder Público deve oferecer o melhor serviço a população para que ele seja atrativo e não seguir os modelos que se mostram deficientes por conta de ajustes de custos operacionais e redução de qualidade que resultam na fuga de passageiros para outras modais. Por outro lado, o Poder Público deverá prover políticas públicas de incentivo ao transporte coletivo buscando o aumento da demanda como parte da melhoria da mobilidade urbana, impondo restrições aos modos de transporte automotivo individual.

Este projeto é parte de um processo de mudanças e culturas de deslocamento urbano em Navegantes que hoje se caracteriza por um péssimo serviço e consequente fuga de passageiros para outras modais, como lado negativo, mas uma crescente e destacada alteração da matriz econômica que tem determinado uma dinâmica de ocupação urbana que urge necessitar de serviços eficientes de transporte público. Portanto, o projeto do sistema de transporte coletivo urbano não é objeto apenas de uma simples contabilidade, nem de um simples objeto de comparação. O sistema de transporte faz parte de uma Política Pública de Desenvolvimento.



PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n° 100 - Centro

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

É difícil imaginar crescimento em sistemas de transporte que são desorganizados, que sejam manipulados apenas em benefício dos concessionários e que a cada dia façam do usuário refém de um péssimo serviço. É necessário fomentar o orgulho da população pelo seu serviço de transporte, dando-lhe uma melhor condição de cidadania – o mais significativo dos objetivos a serem alcançados por este projeto que está para ser executado em regime de parceria com a iniciativa privada pressupõe as seguintes premissas básicas:

- * A dignidade no transporte, empreendendo ações que permitam instituir um serviço que faça a população se sentir bem ao utilizá-lo, ou mesmo não o fazendo, tenha confiança na sua disponibilidade;
- * A qualidade do serviço em todos os seus atributos, de forma a proporcionar as condições para a dignidade no transporte, mediante um padrão adequado de operação, de tecnologia e de atendimento;
- * A imagem positiva do serviço refletida pela qualidade, inclusive associada aos aspectos tecnológicos, permitindo que o transporte coletivo tenha uma imagem no imaginário coletivo como um serviço que funciona bem;
- * A manutenção da participação do modo coletivo na matriz de deslocamentos, com base na sua boa imagem, afirmando-se assim como a forma preferencial de se deslocar nas cidades, reduzindo, por sua vez, a participação do transporte individual;
- * A melhor qualidade de vida urbana, traduzida pelos deslocamentos preferencialmente por meios coletivos, que tornam as cidades mais saudáveis. E cidades mais saudáveis, tornam a vida das pessoas mais digna.

Logo, quem estiver disposto a investir e apostar neste projeto deve acreditar na intenção, na viabilidade e na capacidade de atingir os objetivos e as demandas desejadas, ajustando-se no tempo as mudanças de realidade, garantindo o equilíbrio econômico e financeiro (garantidos na lei) ao longo do processo de implantação com a análise sistemática dos resultados.

VIII - Análise Comparativa dos Fluxos de Caixas em diferentes cenários

“Doe órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas”



PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

Os cenários apresentados desconsideram que a implantação do sistema será escalonada. Não há intenção do Poder Público implantar o sistema integral numa primeira etapa, senão o ajuste constante da implantação do sistema com a demanda. Seria incoerente, embora possível, que o sistema viesse a ser implantado integralmente conforme o projeto esperando que a demanda viesse a se ajustando no tempo e, de certo, acarretaria em prejuízo do concessionário ou aplicação de uma tarifa extremamente elevada. Desta forma é necessário considerar nos cenários a implantação gradativa do sistema, ajustando frota, roteiros, horários a demanda, num crescente até que se tenha uma linha de equilíbrio. Hoje não existe qualquer sistema urbano que se possa considerar aplicado. O projeto será aplicado em etapas, mantidas as condições técnicas, idade média e eficiência operacional desejada. A taxa de sucesso não será medida apenas pelos números projetados, será resultado de uma responsabilidade comum. Portanto, os cenários apresentados seguem uma linha de extrema proteção, incorrendo na hipótese de que o operador não deva correr nenhum risco. Não há, em qualquer ramo de negócio, a certeza absoluta de sucesso. Por fim, trazer os dados de Itajaí é apenas trazer informações de um modelo que se mostra ineficiente, cujo órgão regulamentador não interfere diretamente no sistema, não planeja nem redireciona demandas, cuja modelo institucional está sob o questionamento da justiça, já declarado ilegal. O importante é mostrar os modelos que apresentam sucesso, buscando neles os elementos que protagonizam uma boa operação deste serviço público.

Em que pese às considerações apresentadas, a aplicação de tarifas sem modicidade tarifária significa o insucesso do sistema. Buscar a modicidade deve aliar eficiência de gestão, de operação e de ajustes às demandas dos cidadãos.

O lucro deve ser parte do processo, mas não pode conduzi-lo, senão ser alvo de uma permanente aferição, assim como a qualidade do serviço prestado.

Serviço de péssima qualidade não pode ter o benefício do lucro, pois isto é impróprio na gestão pública.



PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

IX - DA CONCLUSÃO

Pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Comissão Especial de Licitação recebe, mas no mérito **decide-se dar provimento parcial à Impugnação aos quesitos 4 e 5 apresentada por Consorcio Navegantes Forte Ltda, decidindo pela suspensão do presente edital para as devidas correções e posterior republicação.**

Navegantes, 12 de dezembro de 2014.

Comissão Especial de Licitação Transporte Publico

Jan Ullrich, Douglas Lemos, Nelson da Cunha, Janice Freygang, Maria Benedita Corrêa, Fernanda Hassmann Constâncio e Roberto Miguel Celezinsk.